

**Acta da reunião ordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande, realizada no dia dez de
Julho de dois mil e oito.**

**Acta da reunião ordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande, realizada no dia dez de
Julho de dois mil e oito.**

Aos dez dias do mês de Julho de dois mil e oito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- João Paulo Fêteira Pedrosa;
- Sérgio Inácio Salgueiro Moiteiro;
- Álvaro Manuel Marques Pereira;
- João Alfredo Marques Pedrosa;
- José Lebre Grácio;
- Artur Pereira de Oliveira.

O **Sr. Presidente** abriu a reunião, eram 14,40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A **Sr^a Vereadora Dr^a Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira** comunicou, em 09/07/2008, que estará ausente da presente reunião, fazendo-se **substituir** pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Socialista, **Sr. José Lebre Grácio**, conforme prevê o artº 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada com as devidas alterações pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Os processos de obras particulares não incluídos na ordem do dia foram apreciados e votados imediatamente a seguir aos processos de obras particulares constantes da ordem do dia.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

ORDEM DO DIA

1. REQ 2401/07 – PC 420/07 - JOÃO PAULO FERREIRA SACRAMENTO

2. REQ 2848/05 – 601/05 - TENORIOS-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.
3. 978/08 – PC 775/05 - UNIJOFIL-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.
4. 639/08 – 657/05 - JOSÉ LETRA FONTES
5. 360/08 – 181/07 - J.C.MOROUÇO – UNIPESSOAL, LDA
6. REQ 1270/08 – PC 699/06 - JOÃO PAULO MARQUES SANTOS
7. REQ 1758/08 – 390/05 - PEREILAR II-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA
8. REQ 4501/07 – PC 104/06 - CARLOS ALBERTO SANTOS RUIVO
9. REQ 2086/07 – PC 375/07 - OURILIZ-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA
10. REQ 1122/08 – 135/06 - FÁBRICA DE VIDROS BARBOSA E ALMEIDA, SA
11. REQ 2012/08 – 106/08 - MP TOOL - ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA
12. PC 1087/01 - PREDIGRANDE-IMÓVEIS, LDA.
13. REQ 1022/08 – 187/04 - BRILHANTE, LDA
14. REQ 1697/08 – PC 149/06 – BANCO BPI, S.A.
15. REQ 1101/08 – PC 502/96 – JOAQUIM GOMES
16. 11.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2008
17. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS CANTINAS ESCOLARES DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO LECTIVO 2008/2009-PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 45/08 – AP/DASED/EDU – ADJUDICAÇÃO
18. EMBELEZAMENTO DE SEPULTURAS TEMPORÁRIAS – CEMITÉRIO DE CASAL GALEGO
19. EMBELEZAMENTO DE SEPULTURA TEMPORÁRIA Nº 2643 – CEMITÉRIO DA MARINHA GRANDE
20. OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM QUIOSQUE PARA VENDA DE GELADOS, BATATAS FRITAS E BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS E ESPLANADA ACOPLADA – RUA DO FAROL – S. PEDRO DE MOEL – ARTUR DINIS RIBEIRO
21. DESIGNAÇÃO DE TUTOR NO ÂMBITO DOS ESTÁGIOS PROFISSIONAIS
22. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS A ARRUAMENTOS DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

- 23. ALTERAÇÃO DO TRAÇADO – RUA CIDADE DA PRAIA – FREGUESIA DA MARINHA GRANDE**
- 24. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS PROVOCADOS POR ACIDENTE DE VIAÇÃO, APRESENTADO POR RENATO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA. DELIBERAÇÃO FINAL**
- 25. RECEPÇÕES DEFINITIVAS**
- 26. “EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS ELÉCTRICAS SUBTERRÂNEAS NA RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO” – AJUSTE DIRECTO N.º 50/07 (DIRM) – TRABALHOS A MENOS**
- 27. “BENEFICIAÇÃO DE VÁRIAS RUAS DO CONCELHO” – CONCURSO LIMITADO N.º 16/07 (DIRM) – TRABALHOS A MENOS**
- 28. “REFORMULAÇÃO DA PRACETA PINHAL DO REI E TROÇO FINAL DA EN242-2 – S. PEDRO DE MOEL” – CONCURSO PÚBLICO N.º 2/06 – REVISÃO DE PREÇOS**
- 29. “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DOS LENHADORES – FORNO DA TELHA” – CONCURSO LIMITADO N.º 01/2008 (DIRM) – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA**
- 30. “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DOS LENHADORES – FORNO DA TELHA – MARINHA GRANDE” – CONCURSO LIMITADO N.º1/2008/DIRM - NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA**
- 31. PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 01/2008 – RELATÓRIO**
- 32. SEGURANÇA FLORESTAL – COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (CMDFCI) – APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE (AHBVMG) – ACÇÕES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.**
- 33. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES – RECTIFICAÇÃO DE DADOS**
- 34. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – VALÊNCIA DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINHA GRANDE**
- 35. ACTUALIZAÇÃO DAS RENDAS DE HABITAÇÃO SOCIAL, PERTENÇA DA AUTARQUIA PARA OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO CORRENTE ANO**
- 36. APOIO AO IV TORNEIO DE ANDEBOL PRAIA DE S. PEDRO DE MOEL**

37. APOIO AO CAMPEONATO NACIONAL DE PATINAGEM ARTÍSTICA

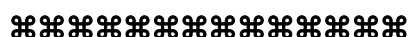
38. ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE BENS MUSEOLÓGICOS À CASA-MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA POR PARTE DO SR. CARLOS JOSÉ GOMES VIEIRA

39. APOIO A ACTIVIDADES CIENTÍFICAS NO ÂMBITO DA PALEONTOLOGIA DO MESOZÓICO EM PORTUGAL – ESTUDO DOS SEDIMENTOS E DA PALEOFAUNA DO JURÁSSICO INFERIOR NA ZONA COSTEIRA - SÃO PEDRO/ÁGUA DE MADEIROS

40. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – VISITA GRATUITA AO MUSEU DO VIDRO – ESCOLA SECUNDÁRIA ENG. ACÁCIO CALAZANS DUARTE

41. APOIO À EDIÇÃO DO LIVRO “CONTOS A OESTE”, DE ANA CRISTINA LUZ

42. RESUMO DE TESOURARIA



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente e os Srs. Vereadores Sérgio Moiteiro, Dr. João Marques Pedrosa e Artur de Oliveira pediram a inclusão de assuntos fora da ordem do dia, que identificaram, o que foi aceite por todos os membros do executivo, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a ordem do dia.

O Sr. Vereador Dr. João Paulo Pedrosa pediu para abordar, no período de antes da ordem do dia, os seguintes assuntos:

- colocação de contadores de água nos lavadouros – o Sr. Vereador perguntou qual a razão desta colocação, tendo o Sr. Vereador Artur de Oliveira respondido que se verifica uma perda de água em locais públicos de cerca de 45%, pelo que em todos esses locais estão a ser instalados contadores, para permitir contabilizar essas perdas.
- falta de rega nos jardins públicos, especialmente no Parque Mártires do Colonialismo – o Sr. Vereador Artur de Oliveira respondeu informando que a rega está a ser feita, e que o aparente estado da relva seca se deve ao facto de ter sido cortada recentemente. Informou ainda que está a ser pensada a utilização da água do furo junto à Escola Calazans Duarte, para a rega dos parques e para o próprio Estado.
- viagem a Cuba – dado que a deslocação do representante da Câmara Municipal se fez a convite, mas implicou despesas, o Sr. Vereador solicitou ao Sr. Vereador Dr. João Marques Pedrosa que elabore um relatório da visita, enumerando as autarquias participantes e os benefícios que poderemos daí retirar.

O Sr. Vereador Dr. João Marques Pedrosa disse que irá apresentar o referido relatório.

- Semáforos da Avª José Gregório – relativamente a este assunto, o Sr. Vereador Dr. João Paulo Pedrosa fez a leitura da seguinte proposta:

“PROPOSTA

Considerando as inúmeras críticas que nos têm chegado e os pedidos da população para intervirmos, os vereadores do PS concordam com as críticas formuladas pela população sobre o processo de semaforização da Av. José Gregório que, para além de tudo, constituem um grave perigo para a circulação rodoviária.

Os erros, a impreparação, a confusão, o perigo e o congestionamento que esta medida tem causado aos habitantes do concelho é de tal ordem que a única medida correcta é suspender este processo e iniciar-se outro que seja participado e objecto de discussão alargada.

Neste sentido, os vereadores do PS propõem a suspensão imediata do processo de semaforização da Av. José Gregório e propõem a elaboração de um estudo técnico que avalie as insuficiências lá detectadas e proponha à câmara, para decisão, um outro que vá ao encontro da segurança e da fluidez do trânsito que a actual situação não garante.

*Os Vereadores do PS
João Paulo Pedrosa
José Lebre Grácio
Álvaro Pereira.”*

Em relação a este assunto, o Sr. Presidente referiu que esta medida não tem sido fácil de implementar, apesar de haver muitos acidentes naqueles locais e de haver pedidos na Câmara para a instalação de semáforos.

Referiu ainda que a distância entre os dois semáforos é muito curta e estão desfasados, pelo que se instalou o caos quando foram ligados pela primeira vez.

O Sr. Presidente disse que ele próprio fez a experiência, e do Tribunal até à passagem do segundo semáforo demorou cerca de 7 minutos. Desligaram-se de imediato e ensaiou-se outra solução. Perante este requerimento, parece-lhe que a proposta do PS é um pouco exagerada, ao pedir que se suspenda o processo de semaforização.

O Vereador do pelouro, Sr. Artur de Oliveira, informou ainda que esta instalação era um pedido antigo dos moradores das Figueiras. Quando chegou à Câmara já a DIRM tinha um estudo para colocação de semáforos, o que veio a acontecer agora, tendo sido consultado o Comando da PSP. A solução prevista para o trânsito que vem na direcção Vieira/Marinha e que pretende virar para o lado da Normax é fazer uma faixa de viragem à esquerda.

Em face da solução apresentada, o Sr. Vereador Dr. João Paulo Pedrosa referiu que mais valia tarde do que nunca, apesar de continuar a entender que esta possibilidade deveria ter sido vista e estudada antes do início do processo.

Em conclusão deste assunto, o Sr. Presidente incumbiu o Sr. Vereador Artur de Oliveira de pedir aos serviços, com a máxima urgência, um estudo para solucionar os problemas (o que já estão a fazer nesta altura), para que o mesmo seja presente aqui na próxima reunião de Câmara.

Em relação à suspensão da semaforização, o **Sr. Presidente** disse que a indicação dada pelo Vereador, e colhida junto da PSP, é de que, apesar de tudo, os problemas têm sido menores do que antes.

Tendo em conta o que foi referido pelo Sr. Presidente, o **Sr. Vereador Dr. João Paulo Pedrosa** disse que não fazia questão de que a proposta dos Vereadores do PS seja votada, pelo que alterou a designação de “proposta” para “proposta de recomendação”.

O **Sr. Presidente** referiu que a proposta de recomendação vai ser enviada ao Sr. Vereador do pelouro, para remeter aos serviços.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ 2401/07 – PC 420/07 - JOÃO PAULO FERREIRA SACRAMENTO

402 - Presente requerimento de **JOÃO PAULO FERREIRA SACRAMENTO**, com residência na Rua da Lagoa n.º 4, Figueiras, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, solicitando informação prévia acerca da viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, sita na Rua da Lagoa, Figueiras, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Informar não ser viável, porque num eventual pedido de licenciamento, nos termos agora propostos, seria passível de indeferimento, fundamentado no n.º 2 do Art.º 8º do regulamento do PDMMG em vigor, designadamente por a presente proposta implantar-se, na sua totalidade, em área de protecção especial, que interdita a edificação com excepção de construções aligeiradas e amovíveis de apoio às áreas verdes de uso colectivo e à actual actividade agrícola nos termos da legislação vigente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ 2848/05 – 601/05 - TENORIOS-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

403 - Presente requerimento de **TENORIOS-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.**, com sede na Rua 10 de Junho n.º 52, Picassinos, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, solicitando informação prévia acerca da viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, sita na Rua do Pontão, Picassinos, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou informar ser inviável, porque num eventual pedido de licenciamento, nos termos agora propostos, o mesmo não reuniria condições para ser aprovado e seria passível de indeferimento, fundamentado na alínea a) do n.º 1 e n.º 4 do Art.º 24º do Dec.-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redacção dada pelo Dec.-Lei 177/01, de 04/06, designadamente por:

1. Violar normas legais e regulamentares aplicáveis:

- a) Art.º 21º e n.º 4 do Art.º 46º do RSCIEH, disposto no Dec.-Lei n.º 64/90, de 21/02, por não assegurar uma via de acesso que permita a aproximação e o estacionamento de viaturas de bombeiros a uma distância do edifício não superior a 30 m;
2. A obra *“ser susceptível de manifestamente afectar a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens”* designadamente em resultado da proposta de duplicação de fileiras de construção sobre o arruamento público confrontante a sul.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - 978/08 – PC 775/05 – UNIJOFIL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.

404 - Presente requerimento de **UNIJOFIL-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA**, com sede na Rua Central n.º 47, Barreiro, Freguesia de Memória e Concelho de Leiria, solicitando a aprovação das alterações ao processo de licenciamento da construção de um Edifício de Habitação Multifamiliar, sito na Urb. das Vergieiras, Lote 55, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir as alterações requeridas, por se verificar que as mesmas continuam a garantir os pressupostos que serviram de base ao licenciamento inicial.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - 639/08 – 657/05 - JOSÉ LETRA FONTES

405 - Presente requerimento de **JOSÉ LETRA FONTES**, com residência na Rua da República n.º 26, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação das alterações ao processo de licenciamento da construção de um Edifício Habitacional e Comercial, sito na Rua 10 de Junho, Picassinos, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - 360/08 – 181/07 - J.C.MOROUÇO – UNIPESSOAL, LDA

406 - Presente requerimento de **J.C.MOROUÇO – UNIPESSOAL, LDA**, com sede na Rua do Município, Lote H, 2º Dtº, Freguesia e Concelho de Leiria, solicitando a aprovação do

processo de licenciamento da construção de um bloco habitacional de 3 fogos e muros de vedação, sito em Machinha, Freguesia de Moita e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses, a contar da data de notificação, dos seguintes elementos:**
 - a) Projectos das Especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho;**
 - b) Planta de Implantação, à escala 1/200, com menção e representação de área cedida ao domínio público, delimitação final do prédio e representação da localização de baterias de contadores de água e demais requisitos constantes do disposto no n.º 2 do art. 10.º do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas.**
- 2. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da execução da obra, nomeadamente passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua 1.º de Dezembro, cujos alinhamentos, materiais e dimensões deverão ser definidos no local pelos serviços técnicos competentes desta Câmara;**
- 3. Previsão de uma bateria única de contadores de água a localizar no exterior do bloco habitacional, em parte comum do edifício, junto à entrada contígua com a via pública;**
- 4. Apresentação de elementos escritos e gráficos relativos à drenagem de águas residuais pluviais, prevendo o encaminhamento das águas pluviais para o logradouro;**
- 5. Instalação de fossa estanque única para as três fracções, em área de logradouro comum ao bloco habitacional, dimensionada para um despejo periódico, que servirá como solução provisória para a drenagem das Águas Residuais Domésticas, enquanto o Colector Público não se encontrar em funcionamento;**
- 6. A instalação do receptáculo postal domiciliário seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de Abril, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de Setembro e Declaração de Rectificação n.º 22-E/98, de 30 de Novembro, devendo constituir uma bateria única, que deverá localizar-se em parte comum do edifício, junto à entrada contígua com a via pública;**
- 7. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, nas seguintes condições:**
 - a) O muro confinante com a via pública não poderá exceder a altura de 0.80m, podendo ser encimado por elementos gradeados, com a altura máxima de 0.70m, de acordo com as alíneas a) e b) do n.º 4 da alínea x) do art. 3.º do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas.**

- b) Os muros de vedação situados entre extremas, não poderão exceder a altura de 1,80m, contados a partir da cota natural do terreno, podendo, quando confinante com o espaço público, aplicar-se o determinado na alínea anterior, numa extensão até 1,50m, a contar do limite do passeio, de acordo com alíneas c) e d) do n.º 4 da alínea x) do art. 3.º do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas.
8. Aquando da conclusão, pelo respectivo construtor, das redes prediais de água e saneamento, ou seja, no tapamento dos roços das redes prediais e das valas, deverá o requerente solicitar, junto do Sector de Atendimento Público, em requerimento próprio, a deslocação dos serviços técnicos competentes, para verificação da sua conformidade com os projectos licenciados e das condições de ligação daquelas redes às infra-estruturas públicas. O registo de ambas as deslocações no respectivo livro de obra é imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respectiva licença de utilização (autorização de utilização).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ 1270/08 – PC 699/06 - JOÃO PAULO MARQUES SANTOS

407 - Presente requerimento de **JOÃO PAULO MARQUES SANTOS**, com residência na Rua Eng. Torres n.º 27, Freguesia de N. Sra. da Piedade e Concelho de Ourém, solicitando a aprovação dos projectos das especialidades referentes ao processo de licenciamento da construção de moradia unifamiliar e muros, sita na Rua Serenata Marinhense, Lote 16, Comeira, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Presentes projectos de especialidades relativos á rede de águas, drenagem de águas residuais, acústico, ited e de gás, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art.º 20.º do decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo decreto-lei n.º 177/2001 de 4 de Junho.

Presente informação técnica que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do processo a deliberação final.

A Câmara apreciou e deliberou deferir os projectos das especialidades com os seguintes condicionalismos:

Apresentação de peças rectificativas, que compreendam a assunção da cota de soleira máxima constante do quadro síntese do loteamento em vigor, solicitado no nosso ofício n.º 1870 de 17.09.2007 e ofício n.º 535 de 17.03.2008.

Aquando da conclusão, pelo respectivo construtor, das redes prediais de água e saneamento, ou seja, no tapamento dos roços das redes prediais e das valas, deverá o requerente solicitar, junto do Sector de Atendimento Público, em requerimento próprio, a deslocação dos serviços técnicos competentes, para verificação da sua conformidade com os projectos licenciados e das condições de ligação daquelas redes às infra-estruturas públicas.

O registo de ambas as deslocações no respectivo livro de obra é imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respectiva licença de utilização (autorização de utilização).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ 1758/08 – PC 390/05 - PEREILAR II - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.

408 - Presente requerimento de **PEREILAR II - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.**, com sede na Rua da Base Aérea n.º 5, Segodim, Freguesia de Monte Real e Concelho de Leiria, solicitando a aprovação dos projectos das especialidades referentes ao processo de licenciamento da construção de um Edifício Habitacional, sito na Rua da Panificadora, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Presente Projecto de Arquitectura aprovado em reunião de Câmara de 22 de Março de 2007.

Presente Projectos de Especialidades relativos à Estabilidade, Comportamento Térmico, Acústico, ITED, Gás e Electricidade, devidamente instruídos, com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Presentes Projectos de Especialidades relativos às Redes Prediais de Águas, Esgotos Domésticos e Pluviais.

Presentes Informações Técnicas que atestam estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do processo a deliberação final.

Após análise da pretensão, à Câmara deliberou:

Deferir o Processo de Licenciamento nas seguintes condições:

- 1) O contador previsto a montante do grupo sobrepessor, deverá ficar alojado numa caixa de contador individual localizado na parede imediatamente a seguir à válvula de seccionamento;**
- 2) Executar todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da execução da obra, nomeadamente passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua da Panificadora, cujo alinhamento, materiais e dimensões deverão ser definidos no local pelos serviços técnicos competentes desta Câmara;**
- 3) Aquando da conclusão, pelo respectivo construtor, das redes prediais de água e saneamento, ou seja, no tapamento dos roços das redes prediais e das valas, deverá o requerente solicitar, junto do Sector de Atendimento Público, em requerimento próprio, a deslocação dos serviços técnicos competentes, para verificação da sua conformidade com os projectos licenciados e das condições de ligação daquelas redes às infra-estruturas públicas. O registo de ambas as deslocações no respectivo**

livro de obra é imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respectiva licença de utilização (autorização de utilização).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ 4501/07 – PC 104/06 - CARLOS ALBERTO SANTOS RUIVO

409 - Presente requerimento de **CARLOS ALBERTO SANTOS RUIVO**, com sede no Largo 25 de Abril, Edifício Pombal, Freguesia e Concelho de Pombal, solicitando a aprovação dos projectos das especialidades referentes ao processo de licenciamento da alteração e ampliação de um edifício destinado a armazém para endurecedores de pavimentos e revestimentos, sito na Travessa dos Poços, Lameirão, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Presente Projecto de Arquitectura aprovado em reunião de Câmara de 20 de Setembro de 2007.

Presente Projectos de Especialidades relativos à Estabilidade, Comportamento Térmico, Acústico, e ITED, devidamente instruídos, com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Presentes Projectos de Especialidades relativos às Redes Prediais de Águas e Esgotos.

Presentes Informações Técnicas que atestam estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do processo a deliberação final.

Após análise da pretensão, à Câmara deliberou:

Deferir o Processo de Licenciamento condicionado á supressão da fossa receptora das águas residuais domésticas existente em espaço público, estabelecendo a ligação directa à caixa do ramal a executar pela Câmara Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ 2086/07 – PC 375/07 - OURILIZ-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA

410 - Presente requerimento de **OURILIZ-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA**, com sede na Rua das Abertas n.º 21, Freguesia de Pousos e Concelho de Leiria, solicitando a aprovação do processo de licenciamento da construção de um Edifício Habitacional e muros de vedação, sito na Rua de Diu, Vergieiras, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses, a contar da data da notificação, dos seguintes elementos:**
 - a) **Projectos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do Art.º 20º do Dec.-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 177/01, de 04/06;**
 - b) **Planta de implantação, à escala 1/200, que assegure a representação da localização das baterias de contadores de água e de receptáculos postais, em conformidade com o corpo legal vigente;**
 - c) **Cortes longitudinal e transversal, devidamente elaborados, às escalas 1/100 e 1/200, nos termos do disposto nos n.º 3 e 5 do Art.º 10º do RMEU;**
 - d) **Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, bem como soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adoptadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, sobre as áreas comuns do edifício habitacional, em conformidade com o disposto no n.º 5 do Art.º 3º do Dec.-Lei n.º 163/2006 de 08 de Agosto;**
 - e) **Termo de responsabilidade, subscrito pelo técnico autor do projecto de arquitectura, enunciando, cumulativamente, o cumprimento integral do Dec.-Lei n.º 163/2006, de 08 de Agosto.**
2. **Execução dos demais arranjos exteriores tidos por necessários ao bom acabamento da obra;**
3. **A previsão de uma bateria única de contadores de água, que se deverá localizar no exterior, em parte comum do edifício, junto à entrada contígua com a via pública;**
4. **A instalação dos receptáculos postais domiciliários seja efectuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, devendo constituir uma bateria única, que deverá localizar-se em parte comum do edifício, junto à entrada contígua com a via pública;**
5. **Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados. O muro confinante com a via pública não poderá exceder a altura de 0.80 m, podendo ser encimado por elementos gradeados, com a altura máxima de 0.70 m, de acordo com as alíneas a) e b) do n.º 4 da alínea x) do Art.º 3º do RMEU. No muro entre estremas, quando confinante com espaço público, deverá aplicar-se a alínea anterior numa extensão de até 1.5 m, a contar do limite do passeio, não podendo exceder, no restante perímetro, a altura de 1.8 m;**
6. **Quando do início da construção, após abertura das fundações, deverá solicitar-se a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da implantação. O registo dessa deslocação no livro de obra é imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respectiva licença de utilização.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ 1122/08 – 135/06 - FÁBRICA DE VIDROS BARBOSA E ALMEIDA, SA

O **Sr. Vereador Sérgio Moiteiro** pediu para o assunto ser retirado do ordem do dia, para melhor análise.

Sobre este assunto, o **Sr. Vereador Dr. João Paulo Pedrosa** referiu que não é ético, nem correcto, nem legal, que antes de a proposta ter sido apresentada aos membros da Câmara terem sido chamados os membros da Assembleia Municipal. O Presidente da Câmara pode consultar quem quiser, mas não desta forma. Entende, sinceramente, que é uma forma de desconsideração para com os Vereadores do PS, que são quem tem competência para decidir.

O **Sr. Presidente** explicou que o único sentido da consulta foi o de auscultar, não se revendo na leitura que é feita, de desconsideração para com os Vereadores do PS.

O **Sr. Vereador Sérgio Moiteiro** disse que esteve na reunião com os membros da Assembleia Municipal e aquilo que o Presidente deu a conhecer foi exactamente o mesmo que tinha dado a conhecer aqui na Câmara.

Sobre o assunto, o Sr. Vereador Dr. João Paulo Pedrosa fez a leitura do seguinte protesto dos Srs. Vereadores do P.S.:

“Os Vereadores do PS apresentam o seu mais vivo protesto pela atitude assumida pelo Sr. Presidente da Câmara ao informar que retirou o ponto n.º 10 da ordem de trabalhos (Req. 1122-PC.135/06 – Fábrica de Vidros Barbosa e Almeida, SA) em virtude de ter tido uma reunião com os líderes dos Partidos das bancadas da Assembleia Municipal e concluir não haver ainda condições para decidir, uma vez que se estão a ultimar as cópias de documentos para lhes entregar.

Ora acontece que sendo esta uma competência da Câmara Municipal ao chamarem-se os deputados da Assembleia Municipal para se pronunciarem sobre um projecto que os vereadores, pelo menos os do PS, ainda não conhecem, achamos que se trata de uma desconsideração e falta de respeito pelos vereadores a quem devia ser dado conhecimento deste assunto em primeira mão.

Não percebemos sequer a intenção que esteve na base desta atitude discriminatória e de sonegação de informação aos vereadores da Câmara Municipal.

É uma atitude que não tem paralelo na história da vida política do concelho, onde matérias da competência da Câmara Municipal são primeiro discutidas com representantes de outros órgãos, sem que todos os vereadores disso tenham conhecimento.

Em face disto, os vereadores do PS, se mais informações a este respeito não lhes forem prestadas sobre a atitude que visou retirar da discussão da Câmara as matérias que lhe estão cometidas legalmente, reservam o direito de não participar em próxima votação deste assunto, não deixando no entanto de, a propósito dele, explicitar uma opinião que garanta a salvaguarda dos interesses do concelho.

Os Vereadores

João Paulo Pedrosa

José Lebre Grácio

Álvaro Pereira”.

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração:

“Após a Câmara Municipal ter sido informada, mesmo antes da entrada de qualquer pedido formal por parte da BA – Vidros, da pretensão e de todos os contornos que a mesma apresentava, e ;

considerando que dessa informação à Câmara resultou, com a colaboração de todos os Srs. Vereadores, a identificação de um conjunto de condições consideradas absolutamente essenciais à apresentação formal do pedido;

considerando também que se trata de um espaço que alia a existência de um edifício de elevado valor patrimonial e histórico que urge preservar antes que ocorra a sua degradação total, para além do uso indesejável que está a ser dado ao restante espaço, todo ele em elevado estado de degradação;

considerando ainda a ausência de alternativas credíveis para o espaço da antiga IVIMA e a grande sensibilidade de que uma decisão sobre esta matéria se reveste;

face a este conjunto de circunstâncias foi meu entendimento alargar tanto quanto possível a auscultação aos responsáveis políticos locais por forma a que a solução a adoptar seja a mais consensual possível.

Assim, estranho a leitura feita pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista que, no essencial, me acusam de ter desrespeitado as funções que desempenham.

Entendo que para a tomada de decisões sobre matérias de tão elevada sensibilidade não será a forma mais adequada a desvinculação anunciada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista.

Estranho que seja invocada a sonegação de informação, uma vez que qualquer decisão tomada por esta Câmara tem sido sempre acompanhada de toda a informação disponível, e também pelo facto de o assunto em apreço não estar de modo algum encerrado, antes pelo contrário, a solicitação que foi feita aos líderes das bancadas da Assembleia Municipal veio ainda criar condições para que a necessária apreciação por parte do executivo seja feita com base num leque mais alargado de pontos de vista.

Assim, espero que os Srs. Vereadores do Partido Socialista assumam por inteiro as responsabilidades do cargo e participem activamente, como o têm feito em todas as circunstâncias, na discussão e tomada de decisão sobre este assunto.”

O Sr. Vereador Sérgio Moiteiro solicitou a inclusão em acta da seguinte declaração:

“O Vereador Sérgio Moiteiro declarou apoiar a declaração do Sr. Presidente sobre esta matéria e manifesta a sua total concordância com a forma com que até aqui tem conduzido o processo de auscultação às forças políticas do Concelho representadas na Assembleia Municipal, como forma de recolher o maior número possível de opiniões sobre uma eventual tomada de posição que a Câmara terá que assumir relativamente a esta questão de tão elevada importância.”

11 - REQ 2012/08 – 106/08 - MP TOOL - ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA

411 - Presente requerimento de **MP TOOL - ENGENHARIA E PRODUÇÃO DE MOLDES, LDA**, com sede na Estrada de Leiria n.º 210, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do processo de licenciamento da construção de um Edifício de escritórios e respectivas naves, sito em Cumeiras, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir a aprovação do Projecto de Arquitectura relativo à Construção de um Edifício para Armazéns e Espaços Administrativos, com eventual uso Industrial, nas seguintes condições:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses, a contar da data de notificação, dos Projectos de Especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho;**
- 2. Celebrar com a Câmara Municipal, antes da emissão do Alvará de Construção, contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas, no âmbito da realização das Obras de Urbanização a efectuar, pelo facto do prédio não dispor das infra-estruturas necessárias, prestando caução calculada com base referido projecto, beneficiando de redução proporcional ou isenção das taxas por realização de infra-estruturas urbanísticas, nos termos fixados em regulamento municipal.**
- 3. A instalação do receptáculo postal domiciliário seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de Abril, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de Setembro e Declaração de Rectificação n.º 22-E/98, de 30 de Novembro.**
- 4. Apresentação de comprovativo do pedido de licenciamento da instalação de estabelecimento industrial, devidamente instruído, à entidade coordenadora, conforme previsto no n.º 1 do art. 13.º do Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril, alterado pelo Decreto-lei n.º 183/2007, de 9 de Maio, que estabelece as Normas Disciplinadoras do Exercício da Actividade Industrial, ficando em fase posterior, a emissão da Autorização de Utilização, dependente da apresentação de cópia da licença de instalação do referido estabelecimento.**

Mais deliberou informar o requerente que o pedido de destaque só será viável após a realização das Obras de Urbanização referidas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - PC 1087/01 - PREDIGRANDE-IMÓVEIS, LDA.

412 - Presente requerimento 2034/08 de PREDIGRANDE-IMÓVEIS, LDA., com sede na Estrada de Leiria n.º 227, Apartado 87, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, entregando o comprovativo da aprovação do projecto de segurança contra incêndios e peças desenhadas com rectificação de áreas referentes às alterações ao processo de licenciamento da construção de um edifício destinado a armazéns, comércio e serviços, sito em Albergaria, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

413 - Presente requerimento **1461/08 de PREDIGRANDE-IMÓVEIS, LDA.**, com sede na Estrada de Leiria n.º 227, Apartado 87, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, apresentando alterações às redes prediais referentes ao processo de licenciamento da construção de um edifício destinado a armazéns, comércio e serviços, sito em Albergaria, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ 1022/08 – 187/04 - BRILHANTE, LDA

414 - Presente requerimento de **BRILHANTE, LDA**, com sede na Rua Alves Redol n.º 21, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, solicitando a dispensa de apresentação do projecto de especialidade relativo à estabilidade e a aprovação dos projectos das especialidades referentes às alterações ao processo de licenciamento da construção de um edifício habitacional e comercial e/ou serviços, sito na Rua da Panificadora, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir a pretensão de dispensa de apresentação do projecto de especialidade relativo à estabilidade de acordo com a informação dos serviços.

Deferir os projectos das especialidades apresentados na sequência de alterações efectuadas ao projecto de arquitectura, aprovadas em reunião de Câmara de 06.03.2008, nomeadamente os projectos de rede de água e rede de drenagem de águas residuais, com os seguintes condicionalismos:

A caixa de ramal de ramal quadrada com denominação N4 faz parte integrante da rede predial, devendo esta localizar-se dentro do edifício, pelo que deverá ser anulada do espaço público e construída dentro do edifício.

Aquando da conclusão, pelo respectivo construtor, das redes prediais de água e saneamento, ou seja, no tapamento dos roços das redes prediais e das valas, deverá o requerente solicitar, junto do Sector de Atendimento Público, em requerimento próprio, a deslocação dos serviços técnicos competentes, para verificação da sua conformidade com os projectos licenciados e das condições de ligação daquelas redes às infra-estruturas públicas. O registo de ambas as deslocações no respectivo livro de obra é imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respectiva licença de utilização (autorização de utilização).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ 1697/08 – PC 149/06 – BANCO BPI, S.A.

415 - Presente requerimento de **BANCO BPI, S.A.**, com sede na Rua Tenente Valadim n.º 284, Porto, solicitando a aprovação das alterações ao processo de licenciamento da construção de um pavilhão de serviços e muros de vedação, sito na Rua da Marinha Pequena, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir, com os seguintes condicionalismos:

- a) **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data de notificação, do parecer favorável a ser emitido pelo SNB ou dos elementos mínimos que consubstanciem o cumprimento das disposições legais contidas no Dec.-Lei n.º 410/98, de 23 de Dezembro e na Portaria n.º 1276/2002, de 19 de Setembro, a remeter à referida entidade externa, visando a subsequente obtenção do mesmo.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ 1101/08 – PC 502/96 – JOAQUIM GOMES

Assunto retirado, a pedido do Sr. Vereador Sérgio Moiteiro, para reapreciação do valor da caução, em virtude de as infraestruturas já estarem em fase de recepção provisória.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO SR. VEREADOR DO URBANISMO NO ÂMBITO DA SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

No cumprimento da deliberação camarária de 13/12/2007, foi dado conhecimento a todo o executivo da listagem dos processos de obras particulares decididos por despacho do Sr. Vereador do Urbanismo, proferido no âmbito da subdelegação de competências, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e da qual se anexa cópia (**Anexo 1**).

A Câmara tomou conhecimento.

16 - 11.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2008

416 - Presente proposta da 11.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2008, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

10ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2008, no valor de 87.326,65 euros nos reforços e de 87.326,65 euros nas anulações;

10ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2008 no valor de 27.616,65 euros nos reforços e de 27.616,65 euros nas anulações;

10ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais para 2008 no valor de 46.690,00 euros nos reforços e de 12.000 euros nas anulações, e a inscrição de 60.000,00 euros em 2009 na acção 2008/A/12.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 11ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2008, nos termos da alínea d), do n.º 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do P.S.

17 - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA CONFECCÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS CANTINAS ESCOLARES DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO LECTIVO 2008/2009- PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 45/08 – AP/DASED/EDU – ADJUDICAÇÃO

417 - Presente o processo de aquisição nº 45/08 – AP/DASED/EDU realizado de acordo com deliberação camarária de 3 de Abril de 2008, acompanhado de relatório final fundamentado do Júri elaborado após a apreciação das propostas admitidas, no qual é proposta a adjudicação dos serviços de confecção e fornecimento de refeições nas cantinas escolares do concelho da Marinha Grande, no ano lectivo 2008/2009, à empresa Solnutri – Restaurantes e Alimentação, Lda., pelo valor global de 355.489,20 euros (trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.

Depois de examinado o referido processo, a Câmara Municipal delibera concordar com as conclusões produzidas pelo júri do concurso no seu relatório datado de 27 de Junho de 2008 e assim, adjudicar, nos termos do art.º 18, n.º 1, alínea b) e art.º 109, ambos do Decreto-Lei 197/99 de 08 de Junho e de acordo com o art.º 64, n.º 1, alínea q) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o serviço de confecção e fornecimento de refeições nas cantinas escolares do concelho da Marinha Grande, no ano lectivo 2008/2009, à empresa Solnutri – Restaurantes e Alimentação, Lda., pelo valor global de 355.489,20 euros (trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.

Delibera ainda aprovar a minuta do contrato, dada por reproduzida e anexa (Anexo 2), nos termos do artigo 64º, n.º 1 do Decreto - Lei 197/99 de 8 de Junho.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do P.S. que proferiram a seguinte declaração de voto:

“Abstivemo-nos na medida em que entendemos que um processo deste melindre onde a qualidade da comida servida às nossas crianças é fundamental, entendemos que a decisão devia ter sido precedida de uma consulta aos técnicos do Centro de Saúde e agrupamentos para emissão de parecer sobre a qualidade das ementas apresentadas.

Os Vereadores

João Paulo Pedrosa

José Lebre Grácio

Álvaro Pereira”.

18 - EMBELEZAMENTO DE SEPULTURAS TEMPORÁRIAS – CEMITÉRIO DE CASAL GALEGO

418 - Presentes requerimentos, referentes ao embelezamento de sepulturas do Cemitério de Casal Galego, e que passamos a identificar:

- *Adelina Maria dos Santos Rosa, solicita autorização para colocação de lápide e revestimento, na sepultura temporária n.º 389 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 5031 de 04 de Junho de 2008;*

- *Liliana Catarina Gonçalves Norte, solicita autorização para colocação de lápide e construção de murete, na sepultura temporária n.º 2008 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 4932 de 30 de Maio de 2008;*

- *Maria Orange Antunes Fonseca, solicita autorização para construção de murete e colocação de lápide, na sepultura temporária n.º 2010 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 4930 de 30 de Maio de 2008;*

- *Adelina Maria dos Santos Rosa, solicita autorização para construção de murete e colocação de lápide, na sepultura temporária n.º 2006 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 5030 de 04 de Junho de 2008;*

- *Augusto António da Silva Gomes Ferreira, solicita autorização para construção de murete e colocação de lápide, da sepultura temporária n.º 1999 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 5282 de 13 de Junho de 2008;*

- *Maria Adelaide Pereira Machado, solicita autorização para revestimento, construção de murete e colocação de lápide na sepultura temporária n.º 2011 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 5277 de 13 de Junho de 2008;*

- *Maria Cândida Oliveira da Costa, solicita autorização para revestimento e colocação de lápide na sepultura temporária n.º 2015 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 5348 de 17 de Junho de 2008;*

- **Carlos Manuel Basílio Marques**, solicita autorização para revestimento e colocação de lápide, na sepultura temporária n.º 2012 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 5360 de 17 de Junho de 2008;

- **José Manuel Pereira Silva**, solicita autorização para revestimento e colocação de lápide, na sepultura temporária n.º 2017 do cemitério de Casal Galego – registo de entrada n.º 5576 de 24 de Junho de 2008.

Considerando que:

- O artigo 51º do Regulamento dos Cemitérios Municipais da Marinha Grande, refere que o pedido de licenciamento para revestimento de sepultura (...) temporária é aprovado pela Câmara Municipal;
- Findo o período de inumação, o revestimento das sepulturas temporárias é retirado pelo requerente ou familiares, no prazo fixado pela Câmara Municipal (cfr. n.º 3 do artigo e Regulamento citado);
- A Câmara substituir-se-à ao(s) interessado(s) sempre que não for respeitado o prazo referido no número anterior, correndo as despesas por conta do infractor, revertendo para a Câmara os materiais de revestimento retirados (cfr. n.º 4 do artigo e Regulamento citado).

A Câmara, delibera ao abrigo da competência que lhe é conferida pelo artigo 64º n.º 7 alínea d) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e artigo 51º n.º 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais da Marinha Grande, autorizar a colocação nas referidas sepulturas temporárias, do solicitado. Mais delibera informar os requerentes que findo os 3 anos, e caso estejam terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, proceder-se-á à exumação das ossadas, sendo os mesmos obrigados a retirar o revestimento colocado já que se tratam de sepulturas temporárias.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - EMBELEZAMENTO DE SEPULTURA TEMPORÁRIA N.º 2643 – CEMITÉRIO DA MARINHA GRANDE

419 - Presente informação 04/CM de 04 de Julho do presente ano, que a seguir se transcreve:

“Assunto: Sepultura n.º 2643 do cemitério da Marinha Grande

Em 08 de Maio de 2007, apresentou-se nesta Secção de Taxas e Licenças, um representante da Agência Funerária Nogueira & Pina (Sr. Pina), para tratar do funeral de Violete Cardoso Moio, que faleceu nesse mesmo dia e que iria ser inumada na sepultura perpétua n.º 2643 do cemitério da Marinha Grande, registada em nome da falecida.

Para que fosse passada a guia de inumação, apresentaram então o requerimento assinado por Pedro Miguel Matias Marques e o alvará da referida sepultura.

Ao consultar a ficha da mesma, afim de sabermos qual tinha sido a data da última inumação,

verificou-se que o nome da concessionária se encontrava riscado a vermelho com a indicação que a seguir se transcreve “*venda anulada pela deliberação n.º 503 de 11/2/87*”.

Perante esta situação, contactei a Dra. Madalena, que depois de uma breve análise dos documentos existentes na STL, decidiu que o alvará deveria ficar na Secção, até que algum familiar viesse esclarecer este assunto.

Esta indicação foi dada ao Sr. Pina, que mais tarde apareceu com a D. Paula Maria Cardoso Gomes (filha da falecida).

Ao entrarem na Secção, a D. Paula dirigiu-se a mim (Clara Marques), e ao chegar junto da minha secretária viu o alvará, retirou o clip que o prendia ao requerimento, e arrumou-o dentro do saco que trazia.

Solicitei-lhe o documento várias vezes, mas não mo devolveu.

A inumação de Violete Cardoso Moio, foi autorizada na sepultura n.º 2643, depois da D. Paula Gomes ter sido recebida pelo sr. Presidente Alberto Cascalho, pelo Sr. Vereador Álvaro Pereira, pela Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Dra. Madalena Oliveira e por mim, na condição de tentarmos resolver este assunto na semana seguinte, conforme ela mesma sugeriu, o que não aconteceu.

Em 07 de Janeiro do corrente ano, deu entrada nesta Secção de Taxas e Licenças um requerimento com registo n.º 133, em nome de Paula Maria Cardoso Gomes, no qual solicita autorização para revestimento em pedra e colocação de lápide, na sepultura n.º 2643 do cemitério da Marinha Grande, onde se encontra inumada sua mãe – Violete Cardoso Moio, desde 09 de Maio de 2007, e propriedade do Município.

Atendendo a que:

- A requerente tem em sua posse, o alvará de concessão a título perpétuo da sepultura em causa, recusando devolvê-lo;
- A sepultura reverteu a favor da Câmara em 11/02/1987, voltando a ser temporária;
- O pedido de embelezamento poderá ser autorizado nos termos do n.º 1, do artigo 51º do Regulamento dos Cemitérios Municipais da Marinha Grande, que refere que o pedido de licenciamento para revestimento de sepultura (...) temporária é aprovado pela Câmara Municipal.”

A Câmara após apreciação desta proposta, delibera autorizar o referido pedido de embelezamento de sepultura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM QUIOSQUE PARA VENDA DE GELADOS, BATATAS FRITAS E BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS E ESPLANADA ACOPLADA – RUA DO FAROL – S. PEDRO DE MOEL – ARTUR DINIS RIBEIRO

420 - Presente despacho do Sr. Vereador Sérgio Moiteiro, datado de 27-06-2008, com o seguinte teor:

“Na sequência de requerimento apresentado por Artur Dinis Ribeiro em 16-01-2007, solicitando a concessão de licença para instalar um quiosque de venda de gelados, batatas fritas e bebidas não alcoólicas, na Praceta 25 de Abril, em S. Pedro de Moel (junto ao posto de turismo), foi deferida por despacho do Sr. Vereador com competência subdelegada, datado de 16-02-2007, a instalação do mesmo sujeita aos seguintes condicionalismos:

“(…)

- O quiosque deverá ficar localizado na Av. da Liberdade, em zona que não perturbe a circulação privada ou pública de pessoas e veículos;*
- O requerente deve assegurar a colocação de uma papeleira de forma a garantir a limpeza do espaço circundante.”*

Notificado o requerente do deferimento do processo por ofício n.º 1919, de 19-02-2007, este procedeu ao pagamento da licença através da guia de receita n.º 2649, de 09-03-2007, no valor de 129,72€.

Sucedde, contudo, que o requerente, com receio de quaisquer reacções negativas e reclamações dos moradores do local onde se iria situar o quiosque e não querendo ser causador de quaisquer problemas para o município, não implantou o mesmo e deslocou-se pessoalmente à DOPU-Arqtº. Miguel Figueiredo, ao qual expôs esses mesmos receios e apresentou uma proposta de local alternativo para a implantação do quiosque, agora sim, junto do Largo do Forno da Cal, na Avenida do Farol.

Em 05-11-2007, por requerimento com registo de entrada n.º 9515, o requerente reduziu a escrito o pedido já formulado meses antes na DOPU, solicitando a alteração da localização do quiosque para o Largo do Forno da Cal (rotunda na Avª. do Farol), proposta esta que já não se limita ao quiosque mas também à instalação acoplada de uma esplanada com mesas e cadeiras, conforme peças desenhadas que acompanharam o pedido.

A DOPU, por informação n.º MIG 08-015, de 30-11-2007, emitiu parecer favorável à nova localização do quiosque.

Nos termos do previsto nos artigos 15.º e 16.º do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, e conforme constava do ofício enviado ao requerente, aquela licença renovou-se automaticamente por mais um ano, por falta de manifestação de vontade expressa em contrário, de ambas as partes (requerente e Câmara), devendo o respectivo pagamento ter sido efectuado até 31 de Janeiro de 2008, facto que não se verificou porque o requerente ficou à espera da resposta da Câmara à nova proposta de localização do quiosque.

Nos termos do previsto no art.º 5.º do citado Regulamento Municipal, “O licenciamento de ocupação de espaço público com esplanadas autónomas, quiosques, painéis publicitários de grandes dimensões, anúncios electrónicos e mupis, será precedido de concurso público, para concessão de locais destinados à instalação dos mesmos.”.

Por esta razão, o processo de licenciamento anterior havia sido submetido a apreciação da Câmara Municipal na sua reunião de 18-05-2007, em que já era apontada como localização alternativa a Av.ª do Farol, tendo este órgão deliberado: “...face às dúvidas levantadas pelo Sr. Vereador Artur de Oliveira relativamente à localização do quiosque nas proximidades de uma rotunda, decidiu entregar-lhe o processo para que seja estudado pelo técnicos da DIRM e seja presente em próxima reunião de Câmara.”.

Após análise aprofundada do pedido da nova localização do quiosque com esplanada, bem como do regime legal aplicável, e tendo em consideração que a Câmara Municipal decidiu na sua reunião supra referida voltar a apreciar este assunto, proponho o indeferimento do pedido por entender não ser o local proposto o indicado para a instalação de um equipamento desta natureza (dado que se situa imediatamente a seguir a uma rotunda em que existe sempre o perigo real de despiste, colocando a segurança de pessoas em risco) e por não existir fundamento legal que, neste caso concreto, permita afastar o regime do concurso público para uma eventual concessão.

Nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo, proceda-se à audiência prévia, escrita, do interessado.”.

A Câmara apreciou a proposta do Sr. Vereador e delibera por unanimidade aprovar a referida proposta, com os fundamentos nela enunciados.

21 - DESIGNAÇÃO DE TUTOR NO ÂMBITO DOS ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

421 - Na sequência da publicação na segunda série do Diário da República nº 90, de 9 de Maio de 2008, foi distribuído o número máximo de estagiários a recrutar para a segunda edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL).

Para o Município da Marinha Grande foi determinado o seguinte contingente:

- 3 estágios nível 4 ou 5 (com curso superior, bacharelato ou licenciatura)
- 1 estágio nível 3 (com curso profissional na área de Higiene, Saúde, Segurança no Trabalho e Ambiente)

Conforme previsto no artº 6º, nº 1 da Portaria 1211/2006, de 13 de Novembro, alterada pela Portaria 286/2008, de 11 de Abril, cada estágio decorre sob a orientação de um tutor, designado pelo órgão executivo da entidade onde o mesmo decorre.

Tendo em conta que é intenção da Câmara proceder à abertura do procedimento de recrutamento e selecção dos estagiários, para preenchimento daquele contingente, torna-se necessário designar os tutores que irão orientar os seguintes estágios:

- 1 estágio nível 5, na área de Arquitectura;
- 2 estágios nível 5, na área de Engenharia Civil;
- 1 estágio nível 3, com curso profissional na área de Higiene, Saúde, Segurança no Trabalho e Ambiente.

A Câmara apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito, delibera designar os seguintes tutores:

- **Arq. Ricardo Paulo de Vila Moura dos Santos**, tutor do estágio nível 5, na área de Arquitectura;
- **Eng. Rui Manuel Domingues Vicente**, tutor do estágio nível 5, na área de Engenharia Civil;
- **Eng^a Maria João Henriques de Sousa Pinto Oliveira**, tutora do estágio nível 5, na área de Engenharia Civil;
- **Dr^a Eunice Maria Duarte Domingues**, tutora do estágio nível 3, com curso profissional na área de Higiene, Saúde, Segurança no Trabalho e Ambiente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS A ARRUAMENTOS DA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

422 - Presente proposta da Comissão Municipal de Toponímia para atribuição de topónimos aos arruamentos constantes nas plantas de localização que se dão por reproduzidas e se anexam à presente acta:

1. **Rua da Azinheira** (Bico da Garcia) – antiga Rua 4 – confronta com a Rua António de Sousa Calado e com a Rua do Cartaxo;
2. **Rua do Pinhal às Trutas** (Trutas) – antiga Rua do Pinhal – confronta com a Rua 52;
3. **Rua do Pinhal ao Moinho de Cima** (Moinho de Cima) – antiga Rua do Pinhal – confronta com a Rua do Moinho de Cima;
4. **Rua Bairro João de Deus** (Amieirinha) – antiga Rua 1 do Bairro João de Deus – confronta com a Rua Catarina Eufémia, com o Beco João de Deus e com a Viela João de Deus;
5. **Viela João de Deus** (Amieirinha) – antiga Rua 2 do Bairro João de Deus – confronta com a Rua Bairro João de Deus;
6. **Beco João de Deus** (Amieirinha) – antiga Rua 3 do Bairro João de Deus – confronta com a Rua Bairro João de Deus;
7. **Rua Manuel Fernandes dos Santos (Manuel Coveiro)** – Centro – Antiga Rua do Parque – confronta com a Avenida Vitor Gallo e a Rua Professor Bento de Jesus Caraça

A Câmara, no uso da competência prevista na alínea v) do n.º 1 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera concordando com a proposta apresentada pela Comissão Municipal de Toponímia, atribuir os seguintes topónimos aos arruamentos constantes das plantas de localização que se dão por reproduzidas e se anexam à Presente acta (**Anexo 3**):

1. **Rua da Azinheira** (Bico da Garcia) – antiga Rua 4 – confronta com a Rua António de Sousa Calado e com a Rua do Cartaxo;
2. **Rua do Pinhal às Trutas** (Trutas) – antiga Rua do Pinhal – confronta com a Rua 52;
3. **Rua do Pinhal ao Moinho de Cima** (Moinho de Cima) – antiga Rua do Pinhal – confronta com a Rua do Moinho de Cima;

4. **Rua Bairro João de Deus** (Amieirinha) – antiga Rua 1 do Bairro João de Deus – confronta com a Rua Catarina Eufémia, com o Beco João de Deus e com a Viela João de Deus;
5. **Viela João de Deus** (Amieirinha) – antiga Rua 2 do Bairro João de Deus – confronta com a Rua Bairro João de Deus;
6. **Beco João de Deus** (Amieirinha) – antiga Rua 3 do Bairro João de Deus – confronta com a Rua Bairro João de Deus.
7. **Rua Manuel Fernandes dos Santos (Manuel Coveiro)** – Centro – Antiga Rua do Parque – confronta com a Avenida Vítor Gallo e a Rua Professor Bento de Jesus Caraça.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Álvaro Pereira.

23 - ALTERAÇÃO DO TRAÇADO – RUA CIDADE DA PRAIA – FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

423 - Na deliberação nº 188 de 27.02.2003, foi atribuído o topónimo Rua Cidade da Praia, sob proposta da Comissão de Toponímia Municipal, para a rua situada entre "(...) a Rua Cidade de São Tomé e a Rua dos Sobreiros", em Picassinos. No entanto, o Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica apercebeu-se, no decorrer de trabalho que tem vindo a realizar, relativo ao levantamento dos números de polícia, edificado e placas toponímicas do Concelho, que as placas colocadas no local estão trocadas com as placas do arruamento Rua Cidade de São Tomé. De referir que, sobre este último topónimo, desconhece-se qualquer informação acerca de data de atribuição e/ou extensão definida.

Foi solicitada cooperação à Fiscalização Municipal, que indicou ao GSIG que os munícipes estão a adoptar como correctos os topónimos afixados nas placas toponímicas, mantendo-os nos seus endereços.

No sentido de minimizar custos e problemas aos munícipes, a Comissão de Toponímia Municipal propõe a seguinte alteração do traçado do arruamento constante na planta de localização que se dá por reproduzida e se anexa à presente acta:

1- Rua Cidade da Praia, Capital da República de Cabo Verde (Picassinos) – confronta com a Rua das Borboletas e com a Rua Cidade de São Tomé.

A Câmara, no uso da competência prevista na alínea v) do nº 1 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera concordando com a proposta, alterar o traçado do seguinte arruamento constante da planta de localização que se dá por reproduzido e se anexa à Presente acta (Anexo 4):

1- Rua Cidade da Praia, Capital da República de Cabo Verde (Picassinos) – confronta com a Rua das Borboletas e com a Rua Cidade de São Tomé.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS PROVOCADOS POR ACIDENTE DE VIACÃO, APRESENTADO POR RENATO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA. DELIBERAÇÃO FINAL.

424 - Na sequência da deliberação camarária n.º 837, de 14 de Junho, o requerente foi notificado para audiência prévia, tendo apresentado alegações, que se dão por reproduzidas. Em suma, alega que “foi a conduta culposa da autarquia ao não velar pela conservação da estrada em causa, permitindo que aí existissem os “buracos” descritos no auto da PSP que deu causa a que a roda do lado direito do veículo conduzido pelo requerente fosse embater no aludido “buraco” e consequentemente tenha sofrido os prejuízos reclamados”; “se os “buracos” não existissem na aludida via nunca o acidente teria ocorrido”; “o requerente não se desviou para a faixa de rodagem contrária, encontrando-se na altura do acidente, na posição constante da fotografia que ora se junta”. Juntou quatro fotografias do local da ocorrência, identificando o obstáculo na via e a posição do veículo (cfr. entrada n.º 1189/2007).

Decorre das alegações do requerente que o obstáculo no qual embateu se situava na faixa de rodagem em que circulava e não na contrária e que pelo facto de o referido obstáculo se encontrar oculto por água não lhe tinha sido possível desviar-se por não o ter visualizado (a descrição final é confirmada pela participação da PSP). Verifica-se, pois, que a informação prestada pelos serviços técnicos era incorrecta ao apontar para a saída da faixa de rodagem do sentido de circulação do requerente. Sendo de atender, pelo contrário, à afirmação, pelos serviços técnicos, de que o pavimento da rua está “bastante degradado”, concluindo que “existem probabilidades do pavimento abrir buracos com facilidade devido a uma insuficiente drenagem conjugado com um pavimento antigo de semi-penetração”. A existência de um obstáculo não sinalizado na faixa de rodagem é susceptível de causar danos àqueles que a utilizem. Não se comprovando a existência de mecanismos de fiscalização técnica adequada, continuada e sistemática e não sendo a culpa imputável a terceiros cabe reconstituir a situação que existiria se não fosse a ocorrência.

Assim, após ponderação das alegações e documentos apresentados, a Câmara Municipal delibera indemnizar o requerente Renato José Ferreira de Sousa, NIF 113 949 987, no valor de duzentos e dezoito euros e oitenta e dois cêntimos, mediante a apresentação dos respectivos recibos, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, de acordo com o artigo 2º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 48051, de 21 de Novembro de 1967 e com o artigo 96º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - RECEPÇÕES DEFINITIVAS

425 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Construção de muro em Casal Galego-Ajuste Dirceto n.º.01/02 DIRM”, adjudicada à Firma “Areil-Sociedade de Construções e Artefactos de Cimento, Lda” com sede em Ponte da Pedra, Ponte da Pedra.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Arranjos no Muro Exterior do Cemitério da Marinha Grande Ajuste Directo nº 24/00”, adjudicada à Firma “ANIPAR Construtora Moinhense, Lda” com sede em Rua Nova da Mioteira, nº.396, Carvide.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Execução de Lombas e Reparação de Pavimentos em Picassinos - Ajuste Directo nº 38/02-DIRM”, adjudicada à Firma “Matos & Neves, Lda” com sede em Alcanadas – Reguengo do Fétal.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Pavimentação da Rua do Carvieiro –Charneca da Amieira - Ajuste Directo nº 36/02 DIRM”, adjudicada à Firma “António Emílio Gomes & Filhos, Lda” com sede em Rua Barão de Viamonte, nº.8-1º. Esqº.-Leiria.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Obras de Remodelação no Jardim de Infância da Boavista - Ajuste Directo nº 01/01”, adjudicada à Firma “Areil-Sociedade de Construções e Artefactos de Cimento, Lda” com sede em Ponte da Pedra, Ponte da Pedra.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Execução de Trabalhos Diversos na Mediateca da Escola João Beare – Ajuste Directo nº 21/02 – DEEM”, adjudicada à Firma “Areil - Sociedade de Construções e Artefactos de Cimento, Lda” com sede em Ponte da Pedra, Ponte da Pedra.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Obras de Remodelação no Jardim de Infância da Pedrulheira - Ajuste Directo nº 02/01 - DEEM, adjudicada à Firma “Areil - Sociedade de Construções e Artefactos de Cimento, Lda” com sede em Ponte da Pedra, Ponte da Pedra.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Casa de Apoio à Escola da Embra – Concurso Limitado nº.20/01, adjudicada à Firma “Areil - Sociedade de Construções e Artefactos de Cimento, Lda” com sede em Ponte da Pedra, Ponte da Pedra.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Reparação da Cobertura dos Blocos 1 e 3 da Fundação Salazar - Ajuste Directo nº 33/01”, adjudicada à Firma “Areil - Sociedade de Construções e Artefactos de Cimento, Lda” com sede em Ponte da Pedra, Ponte da Pedra.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Execução da Rede de Vedação na Escola E.B. da Moita – Ajuste Directo nº 37/01, adjudicada à Firma “Areil - Sociedade de Construções e Artefactos de Cimento, Lda” com sede em Ponte da Pedra, Ponte da Pedra.

Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Pavimentação de Vala do Colector nas Ruas F, M e N dos Talhões”, adjudicada à Firma “Matos & Neves, Lda” com sede em Alcanadas – Reguengo do Fétal.

A Câmara Municipal, verificando pelos autos referidos que as obras foram executadas de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente as obras antes enunciadas, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - “EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS ELÉCTRICAS SUBTERRÂNEAS NA RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO” – AJUSTE DIRECTO N.º 50/07 (DIRM) – TRABALHOS A MENOS.

426 - Presente mapa de orçamento dos trabalhos por executar relativos à empreitada indicada em epígrafe.

Assim, apreciado o mapa e tendo em conta que não se verifica a necessidade de executar os trabalhos em causa, a Câmara Municipal delibera aprovar os Trabalhos a Menos no valor de 2.309,36 € (Dois mil, trezentos e nove euros e trinta e seis cêntimos), da empreitada “Execução de Infra-estruturas Eléctricas Subterrâneas na Rua D. João Pereira Venâncio”, adjudicada à firma António Emílio Gomes & Filhos, L.da, de acordo com o disposto no art. 28º do Dec.-Lei N.º 59/99, de 02 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - “BENEFICIAÇÃO DE VÁRIAS RUAS DO CONCELHO” – CONCURSO LIMITADO N.º 16/07 (DIRM) – TRABALHOS A MENOS.

427 - Presente mapa de orçamento dos trabalhos por executar relativos à empreitada indicada em epígrafe.

Presente informação da DIRM com a ref. LC/3/07, propondo a supressão de trabalhos da empreitada indicada em epígrafe, no valor de 5.752,91€ (Cinco mil setecentos e cinquenta e dois euros e noventa e um cêntimos), nos termos do art. 28º do Dec. Lei 59/99 de 02 de Março, decorrentes de ajustamentos em obra com vista ao aperfeiçoamento da solução prevista em projecto.

Assim, apreciada a informação técnica com a ref. LC/3/07, que aqui se dá por integralmente transcrita, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no art. 28º do Dec.-Lei N.º 59/99, de 02 de Março, aprovar os Trabalhos a menos da empreitada “Beneficiação de Várias Ruas do Concelho”, no valor de 5.752,91€ (Cinco mil, setecentos e cinquenta dois euros e noventa e um cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do P.S., que declararam o seguinte:

“Que não tendo sido objecto de deliberação na Câmara a adjudicação destas obras, entendemos que para efeitos de trabalhos a mais e a menos também não sejam presentes à reunião de Câmara.”

28 - “REFORMULAÇÃO DA PRACETA PINHAL DO REI E TROÇO FINAL DA EN242-2 – S. PEDRO DE MOEL” – CONCURSO PÚBLICO N.º 2/06 – REVISÃO DE PREÇOS

428 - Presente informação da DIRM com a ref. smv/05/08, que propõe a aprovação da revisão de preços relativa à empreitada “Reformulação da Praceta Pinhal do Rei e Troço Final da EN 242-2 – S. Pedro de Moel”.

A Câmara depois de analisar o assunto, e atendendo a que, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 199º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, e artigo 1º do Decreto-Lei n.º6/2004, de 6 de Janeiro, a revisão de preços é obrigatória, e tendo em atenção o cálculo da revisão de preços de acordo com o Plano de trabalhos entregue aquando da entrega das propostas, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços relativa à empreitada “Reformulação da Praceta Pinhal do Rei e Troço Final da EN242-2 – S. Pedro de Moel”, adjudicada à firma “Lenaprédió, Lda”, no valor total de 2.180,94€ (dois mil cento e oitenta euros e noventa e quatro cêntimos), de acordo com o disposto no art. 199º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 02 de Março e no Decreto Lei n.º 6/2004 de 6 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DOS LENHADORES – FORNO DA TELHA” – CONCURSO LIMITADO N.º 01/2008 (DIRM) – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA.

429 - Presente Plano de Segurança e Saúde apresentado pela firma “Matos & Neves, L.da” para a execução da obra em epígrafe.

Assim, apreciado o Plano de Segurança e Saúde ora apresentado e verificando-se que o mesmo obedece na generalidade à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Dec.- Lei N.º 273/03, de 29 de Outubro, a Câmara Municipal delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “Requalificação da Rua dos Lenhadores – Forno da Telha”, de acordo com o disposto n.º 1 do art. 12º do Dec. – Lei 273/03, de 29 de Outubro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DOS LENHADORES – FORNO DA TELHA – MARINHA GRANDE” – CONCURSO LIMITADO N.º1/2008/DIRM - NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA.

430 - De acordo com o artigo 9º, nº 2 do Decreto-Lei nº 273/03 de 29 de Outubro, o dono de obra deve nomear um Coordenador de Segurança em obra se nela intervierem duas ou mais empresas.

A coordenação de segurança em obra deve ser exercida por pessoa qualificada (artigo 9º, nº 3). As funções do Coordenador de Segurança em obra estão definidas no artigo 19º, nº 2 do Diploma citado.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com os artigos 9º, nº2 e 17º, alínea a) do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro nomear como Coordenador de Segurança em obra da Empreitada “Requalificação da Rua dos Lenhadores – Forno da Telha – Marinha Grande”, freguesia e concelho da Marinha Grande, resultante do Concurso

Limitado n.º 1/ 2008/ DIRM, a técnica Isabel Maria do Sobral Alves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 01/2008 – RELATÓRIO

431 - Presente processo de inquérito mandado instaurar por deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião realizada no dia 03/04/2008.

Presente também relatório, elaborado, nos termos do n.º 1 do artº 87º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, pelo inquiridor do processo, Dr. Miguel Ângelo Oliveira Crespo, Técnico Superior Principal, acompanhado do respectivo processo original, composto por trinta e três folhas numeradas e rubricadas.

O relatório conclui, pelas razões nele enunciadas, o seguinte:

(...)

“Os factos que determinaram a instauração do presente inquérito não foram comprovados, razão pela qual não há lugar à instauração de qualquer processo disciplinar.”

A Câmara Municipal, depois de apreciar o relatório final do inquiridor, que para todos os efeitos legais se dá aqui por integralmente reproduzido, e nos termos do previsto no n.º 1 do artº 66º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Local e Regional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, delibera mandar arquivar o presente processo de inquérito.

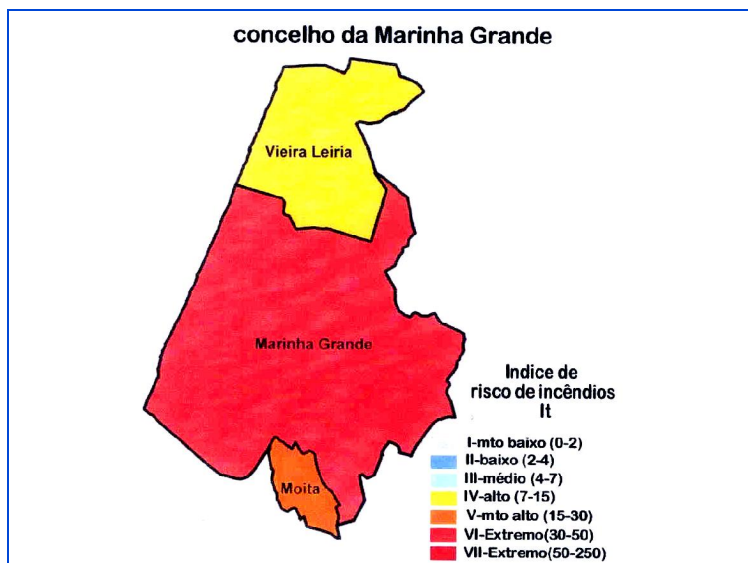
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - SEGURANÇA FLORESTAL – COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (CMDFCI) – APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE (AHBVMG) – ACCÕES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.

432 - Presente informação n.º 112/2008, de 14-05-2008 do Gabinete de Segurança e Protecção Civil do Município da Marinha Grande, sobre o assunto em epígrafe, bem como os documentos que lhe deram origem.

A Câmara Municipal apreciou e, considerando:

- Que cerca de 72% da cobertura de solo do Concelho da Marinha Grande é constituído por floresta (Carta de Ocupação do Solo/2003);
- Que, de acordo com o Plano Municipal de Intervenção na Floresta/2005 (pp. 149), os índices de risco de incêndio florestal, por freguesias, são os seguintes:



- A análise da informação supra referida, bem como do despacho constante da mesma;
- A necessidade de cumprimento da legislação em vigor em matéria de Protecção Civil e de DFCI (defesa da floresta contra incêndios), nomeadamente:
 - A Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que publica e aprova da Lei de Bases da Protecção Civil (LBPC);
 - A Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, que Define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de protecção civil e determina as competências do comandante operacional municipal;
 - O Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 Julho, que publica o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS);
 - A Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio, que *'Cria as comissões de defesa da floresta contra incêndios'*.

Delibera, ao abrigo da alínea b), do n.º 4, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada na republicação anexa à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, um subsídio global de euros 8 323,5 €, para apoio a acções de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com os projectos apresentados pela AHBVMG, em sede da reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES – RECTIFICAÇÃO DE DADOS

433 - Presente informação nº 30/2008 do Sector de Educação da Divisão de Acção Social, Educação e Desporto de 24/06/2008 sobre o facto de, após verificação conjunta com o sector de contabilidade desta câmara municipal, se ter verificado na listagem de atribuição de subsídios escolares do ano lectivo 2007/2008 presente em reunião de Câmara de 16 Novembro de 2007, que deu origem ao pagamento dos subsídios escolares aos encarregados de educação que se

dirigiram até ao final de Dezembro a estes serviços, por um lado casos de alunos que apesar de contemplados em deliberação não procederam ao levantamento do respectivo valor e por outro lado casos que apesar de não se terem dirigido durante a data estipulada oficiaram a câmara justificando essa falta.

Deste modo e uma vez que a deliberação inicial não refere prazos de pagamento solicita-se a regularização desta situação, ou seja por um lado anular as guias dos alunos que já não se encontram em condições de receber o subsídio escolar referente ao ano lectivo 2007/2008, e por outro informar aqueles que ainda estão em condições de vir receber o respectivo subsídio.

A Câmara Apreciou e delibera que se proceda à anulação dos pagamentos no âmbito dos subsídios escolares referentes ainda ao ano lectivo 2007/2008, constantes no quadro seguinte:

Aluno	Encarregado de Educação	Estabelecimento de ensino	Erro
Estrela Sofia Martins Santos (Escalão A – 50€)	Rosa Manuela Ferreira Martins (NIF 166 360 430)	EB1 Amieirinha	Repetição do aluno em duas escolas, tendo sido atribuído subsídio apenas uma vez
Cristina Margarida Santos Gemitto (Escalão A – 50€)	Sandra Margarida Santos Carvalho (NIF 209 683 864)	EB 1 Casal Malta	Repetição do aluno em duas escolas, tendo sido atribuído subsídio apenas uma vez
Rafael Ezequiel Ferreira (Escalão B – 25€)	Maria de Fátima Fraga Ezequiel (NIF 184 093 562)	Jardim-de-infância da Várzea	Mudança mediante uma deliberação posterior pelo que não foi atribuído o valor constante nesta 1º listagem
Cecília Monteiro Silva (Escalão A – 50€)	Joana Monteiro Silva (NIF 250525062)	EB1 Pero Neto	Repetição do aluno em duas escolas, tendo sido atribuído subsídio apenas uma vez
Fernando Monteiro Silva (Escalão A – 50€)	Joana Monteiro Silva (NIF 250525062)	EB1 Pero Neto	Repetição do aluno em duas escolas, tendo sido atribuído subsídio apenas uma vez
Bianca Rocha Guerra Pereira (Escalão A – 50€)	Ana Paula Miranda da Rocha (NIF 223240273)	Jardim-de-infância da Vieira	No início do ano lectivo 2007/2008 foi transferida para uma escola do concelho de Leiria
Andreia Filipa Maia Justino (Escalão A – 50€)	Carla Filipa Maia Justino (NIF 191735159)	Jardim-de-infância da Boavista	Não chegou a frequentar este jardim, frequenta o Centro Infantil Arco-íris

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – VALÊNCIA DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARINHA GRANDE

434 - Presente informação nº 33/2008 do Sector de Educação da Divisão de Acção Social, Educação e Desporto de 27/06/2008 sobre a necessidade de ser criado um regulamento para frequência da valência de prolongamento de horário nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município de Marinha Grande, a ser implementado a partir do próximo ano lectivo 2008/2009.

A Câmara apreciou a informação e considerando que no ensino pré-escolar, o Ministério da Educação recomenda uma componente lectiva de cinco horas diárias, ou seja 25 horas semanais e que este horário nem sempre corresponde às necessidades das famílias, e que tem sido objectivo primordial deste município, proporcionar actividades para além destas 5 horas diárias designadas por “Prolongamento de Horário”, bem como actividades durante as interrupções lectivas, as quais visam suprir essas necessidades delibera, ao abrigo da alínea d) do nº 7 do Artº 64º da Lei nº 169/99 de 18 Setembro, republicada em anexo à lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro conjugada com o nº 1 do art. 12º do Despacho 300/97 de 09/ Setembro, aprovar o seguinte regulamento:

**Componente de Apoio à Família
Valência de Prolongamento de horário
Ano lectivo 2008/2009**

- 1** - O Prolongamento de Horário só funcionará **com um número mínimo de 10 alunos**. A capacidade máxima de cada sala para a Componente de Apoio à Família **será de 20 alunos**. Caso o número seja superior ao indicado cabe à Câmara Municipal, em conjunto com o agrupamento, aplicar os critérios de selecção;
- 2** A valência de prolongamento de horário funcionará de acordo com o calendário lectivo do pré-escolar e respeitando a calendarização de cada Agrupamento, no horário compreendido entre as 15h 30m e as 18h 30m, nos locais previamente definidos pela autarquia, em conjunto com o Agrupamento;
- 3** O valor mensal da comparticipação familiar é calculado em função do rendimento per capita do agregado familiar, e será calculado respeitando as normas reguladoras das comparticipações familiares, pela utilização dos serviços, definidas no Despacho 300/97 de 9 Setembro;
- 4** O pagamento da comparticipação é feito entre o dia 8 e o dia 15 de cada mês. Em caso de atrasos consecutivos no pagamento, o aluno fica impedido de continuar a frequentar esta valência;
- 5** Fica isento do pagamento da mensalidade o aluno que falte mais de 15 dias, durante o mês, desde que essa falta seja devidamente justificada, por motivo de doença;
- 6** As desistências devem ser comunicadas por escrito, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, em impresso próprio a fornecer pelo Município aos Agrupamentos, para serem

remetidos aos respectivos jardins-de-infância. O não cumprimento desta norma implica o pagamento integral da mensalidades do respectivo mês;

- 7 O transporte e acompanhamento das crianças para as respectivas salas de Componente de Apoio à Família, será assegurada pela Autarquia;
- 8 O encarregado de educação é responsável pelo regresso do aluno após o *terminus* do prolongamento de horário.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - ACTUALIZAÇÃO DAS RENDAS DE HABITAÇÃO SOCIAL, PERTENÇA DA AUTARQUIA PARA OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DO CORRENTE ANO

435 - Presente informação da Divisão de Acção Social, Educação e Desporto – DASED, datada de 02/07/2008, referente à segunda fase de actualização das rendas de habitação social, a ocorrerem a partir dos próximos meses de Agosto e Setembro do corrente ano.

A Câmara analisou a referida informação e, tendo em conta os decretos-lei n.º 166/93, de 7 de Maio e n.º 166/99 de 18 de Setembro, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à actualização anual das rendas dos seguintes blocos:

A partir de Agosto/08:

1 – Avenida da Liberdade (Bloco M)

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/07	RENTA/08
M	Maria Júlia R. G. Calado	2.º Fte Dto	01/08/2007	7,41€	18,48€

2 - Rua da Charnequinha (Moita)

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/07	RENTA/08
44	Lola António Gomes	R/C Esq.	30/07/07	7,08€	5,31€
44	Fernanda Maria M. Frederico	1.º Esq.	30/07/07	16,99€	8,32€
46	Laurinda Pereira Rodrigues	R/C Dtº	03/08/05	4,03€	9,28€

3 – Bairro Novo do Camarnal (R.ª Bairro do Camarnal)

MORADOR	LOT E	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/07	RENTA/08
Maria de Jesus Santos	48	48	01/08/04	12,84€	13,19€
Maria de Jesus Pinto	51	51	01/08/04	62,48€	64,19€
José António C. dos Santos	53	53	01/08/04	130,45€	133,14€

4 - Bairro Novo do Camarnal (R.ª António Lopes)

MORADOR	LOT E	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/07	RENTA/08
Vitorino Carlos H. Saraiva	28	41	01/08/04	60,86€	62,53€
Maria Alice F. Mendes	31	23	10/08/04	23,51€	26,10€
Horácio Ribeiro F. Marques	41	12	01/08/04	51,99€	35,32€

A partir de Setembro/08:

5 - Bairro Novo do Camarnal (R.ª António Lopes)

MORADOR	LOT E	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/07	RENTA/08
Orlando Jesus Gomes Norte	40	18	09/09/04	101,76€	53,70€

6 - Rua da Charnequinha (Moita)

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/07	RENTA/08
46	Maria do Céu Almeida Ferr.ª	R/C Esq.	06/09/05	126,21€	116,94€

7 – Rua 4

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/07	RENTA/08
1	Vítor Manuel Rodrigues Sousa	R/C D	27/12/93	50,54€	51,02€
1	Maria Brízida J. Azevedo	1.º D	20/12/99	12,01€	12,11€
1	Maria Fátima G. Almeida	3.º C	17/01/96	19,49€	18,94€
2	Maria Helena Vicente Monteiro	3.º Esq.º	27/12/93	204,37€	42,08€
3	Maria Celeste Conceição	1.º B	01/02/01	17,53€	8,73€
3	Ricardo Miguel Santos Casaca	1.º C	01/01/99	32,24€	34,08€
5	Maria de Fátima Ferreira	R/C B	17/01/96	26,42€	54,67€
5	José Pereira	R/C C	01/10/00	102,22€	77,31€

8 – Avenida da Liberdade (Bloco M)

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/07	RENTA/08
M	Maria de Lurdes Anjos Matos	2.º Esq.º	03/09/07	25,90€	26,57€

Mais delibera ainda que as rendas acima citadas, entrem em vigor nos meses referidos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - APOIO AO IV TORNEIO DE ANDEBOL PRAIA DE S. PEDRO DE MOEL

436 - Presente informação datada de 16/06/2007, dando conta de um pedido de subsídio apresentado pela Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio, de Picassinos, datado de 06 de Maio, para a realização do IV Torneio de Andebol de Praia de S. Pedro de Moel de 11 de Junho a 13 de Julho, modalidade que tem ganho expressão e adeptos por todo o País, dada a qualidade

e o desenvolvimento da modalidade em termos nacionais e verificadas as excelentes condições das nossas praias para o exercício desta actividade.

A Câmara apreciou a informação anexa e considerando o trabalho desenvolvido na modalidade e o sucesso alcançado em edições anteriores, delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do Art.º 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar um subsídio no valor de 2.000 € (dois mil euros) à Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio, contribuinte nº 501056467, com sede no Largo da Sociedade, Picassinos, 2430 – 420 Marinha Grande, para apoiar a realização da quarta edição do Torneio de Andebol de Praia.

A verba encontra cabimentação favorável na rubrica 06/040701 do projecto 2008/A/181 do PAM.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Fazenda Pública, certidões devidamente arquivadas na Divisão de Acção Social, Educação e Desporto desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - APOIO AO CAMPEONATO NACIONAL DE PATINAGEM ARTÍSTICA

437 - Presente informação datada de 20/06/2007, dando conta de um pedido de subsídio apresentado pela Industrial Desportivo Viegrense, datado de 05 de Junho, para a realização do Campeonato Nacional de Patinagem Artística, nos dias 20 e 21 de Junho do presente ano, que decorreu no Pavilhão Gimnodesportivo de Vieira de Leiria.

A Câmara apreciou a informação anexa e considerando o trabalho desenvolvido na modalidade pela Secção de Patinagem e tratando-se de um evento com dimensão nacional, delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do Art.º 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar um subsídio no valor de 500 € (quinhentos euros) ao Industrial Desportivo Viegrense, contribuinte nº 501254242, com sede no Estádio Albano Tomé Feteira, Rua de Leiria, 2430 – 773 Vieira de Leiria, para apoiar a realização do Campeonato Nacional de Patinagem Artística de 2008.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Fazenda Pública, certidões devidamente arquivadas na Divisão de Acção Social, Educação e Desporto desta autarquia.

A verba encontra cabimentação favorável na rubrica 06/040701 do projecto 2008/A/189 do PAM.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE BENS MUSEOLÓGICOS À CASA-MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA POR PARTE DO SR. CARLOS JOSÉ GOMES VIEIRA

438 - Presente informação do Museu do Vidro informando sobre a intenção de doação de mais um conjunto de bens com interesse histórico e documental à Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, por parte do Sr. Carlos José Gomes Vieira:

1. Uma foto de Afonso Lopes Vieira com 6 anos e 10 meses – assinada: Afonso Lopes Vieira.
2. Um postal de Afonso Lopes Vieira, impresso, com esfinge e ex-Libris (Búzio) do poeta; com referencias escritas: Afonso Lopes Vieira, O Encoberto 1905; Poesias Escolhidas 1808 – 1902 (1904); Marques (1904); Contos de Natal (1905);
3. Um documento com quatro páginas em formato A5 (impresso) – A João de Deus, por Afonso Lopes Vieira;
4. Um documento - A Propósito da Obra Poética da D. Maria Amália – Sociedade Nacional de Belas Artes, 1918 – Separata da Atlântida (20 exemplares – 2 Japão);
5. Uma medalha do Centenário do Nascimento de Afonso Lopes Vieira - 1878-1978;

Nove livros, que se passam a descrever:

6. “O Poema de Cid”, versão em prosa, com dedicatória do autor;
7. “Afonso Lopes Vieira Anarquista”;
8. “Ar-Livre”, 1906;
9. “Canções do Vento e do Sol”, com dedicatória do Autor;
10. “Rosas Bravas”, acto em verso;
11. “Exposição Bibliográfica de Afonso Lopes Vieira”, 1962;
12. “Canções de Saudade e Amor”, 1912;
13. “Bartolomeu Marinheiro”, 1955;
14. “Afonso Lopes Vieira - In Memoriam”, 1978-1946.

Atendendo à importância deste conjunto de bens com interesse histórico, documental e museológico para a vocação e objectivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, propõe-se a aceitação dos bens e a respectiva integração do acervo da Casa-Museu.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo do alínea h) do n.º 1 do art. 64 da secção II do capítulo IV do DL 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aceitar a doação supra referida, uma vez que se tratam de um conjunto de bens com interesse histórico, documental e museológico para a vocação e objectivos da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, que devem ser estudados e conservados para a posteridade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - APOIO A ACTIVIDADES CIENTIFICAS NO ÂMBITO DA PALEONTOLOGIA DO MESOZÓICO EM PORTUGAL – ESTUDO DOS SEDIMENTOS E DA PALEOFAUNA DO JURÁSSICO INFERIOR NA ZONA COSTEIRA - SÃO PEDRO/ÁGUA DE MADEIROS.

Presente informação do Museu do Vidro e pedido de apoio do Departamento de Ciências da Terra (Faculdade Ciências de Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa), que tem vindo a desenvolver actividades no âmbito da paleontologia do Mesozóico em Portugal.

O apoio solicitado é ao nível do alojamento e alimentação para cerca de cinco/seis cientistas durante cerca de seis dias, para poder continuar as suas actividades de prospecção de fósseis, a realizar em Julho de 2008, na área de S. Pedro de Moel e Água de Madeiros.

O objectivo é estudar os sedimentos e a paleofauna do Jurássico inferior, muito rico na nossa zona costeira - São Pedro/Água de Madeiros - e que, segundo as palavras dos mesmos: “merece maior visibilidade científica mundial”.

Deste modo, atendendo à reconhecida importância dos vestígios paleontológicos nesta área e a que se trata de uma acção que vem de encontro aos objectivos e às competências das autarquias em matéria de apoio a actividades de interesse municipal e cultural, nomeadamente que no que diz respeito ao estudo e salvaguarda do património, foi concedido o apoio às actividades científicas a desenvolver na área da São Pedro e Água de Madeiros, através da cedência de alojamento e de alimentação para cinco pessoas, no período de 07 a 12 de Julho de 2005, da seguinte forma:

- Apoio ao nível do alojamento em Parque de Campismo, durante cinco dias, para cinco pessoas, em quatro tendas;

- Apoio ao nível do fornecimento da alimentação aproveitando os recursos da Colónia Balnear: Pequeno-almoço, Almoço (Sandes) e Jantar.

O Departamento de Departamento de Ciências da Terra (Faculdade Ciências de Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa deverá remeter posteriormente à Câmara Municipal da Marinha Grande um dossier com a informação/resultados do estudo, que possa vir a ser utilizada em acções de salvaguarda, valorização e divulgação do património, bem como para a elaboração de guias, roteiros e algum material pedagógico.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

40 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – VISITA GRATUITA AO MUSEU DO VIDRO – ESCOLA SECUNDÁRIA ENG. ACÁCIO CALAZANS DUARTE

439 - Presente o pedido de visita ao Museu do Vidro pela Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte - Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, a realizar no dia 23 de Julho de 2008, para um grupo de cerca de 40 jovens, para a qual se propõe a isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro.

Tratando-se de uma Instituição de ensino da Marinha Grande e que o objectivo da visita será o de proporcionar aos alunos o contacto com uma realidade específica do seu contexto social, cultural e económico, bem como a ocupação saudável dos tempos livres, através do contacto directo com um museu de história e identidade da comunidade a que pertencem, que actua como agente sensibilizador para a importância do património, propõe-se que seja concedida a isenção de taxas de ingresso.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo do artigo 7, do Capítulo II do Regulamento de Taxas da Câmara Municipal da Marinha Grande, conceder a isenção das taxas de ingresso no Museu do Vidro, para os alunos da Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte, no dia 23 de Julho de 2008.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - APOIO À EDIÇÃO DO LIVRO “CONTOS A OESTE”, DE ANA CRISTINA LUZ.

440 - Presente e-mail com registo de entrada E/4655/2008, de 12.06.2008, apresentado por Ana Cristina Luz, através do qual solicita apoio para a edição do livro **“Contos a Oeste”**, da sua própria autoria.

Presente despacho do Sr. Vereador da Cultura, concordando com o parecer emitido pelo Sector de Bibliotecas, através do qual é proposto o apoio à edição do referido livro, por se tratar da obra de uma escritora local e, tal como tem sido a prática habitual em casos análogos, é proposto que esse apoio se traduza na aquisição de 50 exemplares do referido livro.

Assim, em cumprimento do despacho anterior, o Sector de Bibliotecas vem propor a aquisição de 50 exemplares do livro **“Contos a Oeste”**, de Ana Cristina Luz, à Textiverso – Unipessoal, Lda., Rua Ruy Sousa Vinagre, 42 – 3º Fte., 2890-090 Alcochete, NIF 507 535 847, ao preço unitário de 7,50€, num total de 375,00 € (IVA 5% incl.), como forma de apoiar e incentivar a actividade editorial de autores locais, contribuindo para o enriquecimento cultural do nosso concelho.

A Câmara Municipal analisou a proposta e concordando com ela, delibera, no uso da competência prevista nas alíneas d) e q), n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e de acordo com a alínea b), n.º 1, do art.º 18.º, do DL. 197/99, de 08 de Junho, adquirir 50 exemplares do livro **“Contos a Oeste”**, de Ana Cristina Luz, à Textiverso – Unipessoal, Lda., Rua Ruy Sousa Vinagre, 42 – 3º Fte., 2890-090 Alcochete, NIF 507 535 847, ao preço unitário de 7,50€, num total de 375,00 € (IVA 5% incl.), por reconhecer que a edição de livros, por parte de autores locais, se reveste de interesse cultural para o município. Dos livros a adquirir, dois exemplares deverão integrar o fundo documental da Biblioteca Municipal e os restantes 48 exemplares deverão dar entrada no acervo bibliográfico da CMMG destinado a ofertas.

O apoio à edição de livros está previsto em Plano de Actividades, na Acção 2008/A/123.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia nove de Julho de dois mil e oito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.163.433,08 € (três milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e três euros e oito cêntimos).**

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1 – REQ 2072/08 – PC 304/01 – PARDAL E RAMOS, LDA

2 - “CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO EM VIEIRA DE LEIRIA” – AJUSTE DIRECTO N.º 25/2008 – DIRM. TRABALHOS A MAIS A PREÇOS CONTRATUAIS E A PREÇOS ACORDADOS.

3 - PEDIDO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE DESFILE DE MODA ORGANIZADO PELA ACIMG

4 – CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DO COORDENADOR MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL – ARTUR MANUEL MARQUES DA SILVA GRANJA – ATRIBUIÇÃO DE LOUVOR

5 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO EM S. PEDRO DE MOEL – JORNALINHO DA AVENIDA – GUIDA & GUARDADO, LDA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ 2072/08 – PC 304/01 – PARDAL E RAMOS, LDA.

441 - Presente requerimento de **PARDAL E RAMOS, LDA.**, com sede na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 8, Loja 5, Marinheiros, Freguesia de Marrazes e Concelho de Leiria, apresentando indicação do material empregue nas paredes das cozinhas e despensas referentes ao processo de licenciamento da construção de um bloco habitacional e destaque de uma parcela de terreno, sito na Rua 25 de Abril, Quinta das Nespereiras, Freguesia e Concelho da Marinha Grande.

Após análise da pretensão a Câmara deliberou:

Deferir.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - “CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO APOIADO EM VIEIRA DE LEIRIA” – AJUSTE DIRECTO N.º 25/2008 – DIRM. TRABALHOS A MAIS A PREÇOS CONTRATUAIS E A PREÇOS ACORDADOS.

442 - Presente informação da DIRM, com ref. EM/24/08, propondo a aprovação de trabalhos a mais preços contratuais e a preços acordados, resultantes do acréscimo dos seguinte trabalhos:

- Execução de passa-muros para futura ligação da Estação de Tratamento de Águas;

- Execução de caixa para albergar as válvulas e tê de saída para a rede de distribuição;
- Desinfecção do interior do reservatório.

Assim sendo, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com ref. EM/24/08, que se anexa (Anexo 5) e que aqui se dá por integralmente transcrita, delibera:

Aprovar de trabalhos a mais no valor de 2.658,45 € (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos), de acordo com o previsto no n.º 1 do art. 26.º do Dec-Lei 59/99 de 2 de Março. Dos quais 288,92 € (duzentos e oitenta e oito euros e noventa e dois cêntimos), correspondem a trabalhos a mais a preços contratuais e 2.369,53 € (dois mil trezentos e sessenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos) correspondem a trabalhos a mais a preços acordados.

Estes trabalhos a mais, pertencem à empreitada “ Construção de reservatório apoiado em Vieira de Leiria”, adjudicada à empresa “ Litobras, Lda.”, e deverão ter um prazo de execução de 5 dias.

Mais delibera aprovar a minuta de contrato, nos termos do disposto no art. 116º do Dec-Lei 59/99 de 2 de Março.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - PEDIDO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE DESFILE DE MODA ORGANIZADO PELA ACIMG

443 - A Câmara Municipal apreciou a informação nº09/2008 de 28.05.2008 do sector cultural da Divisão de Cultura e Património Histórico, relativamente ao pedido de apoio financeiro para a realização do desfile de moda organizado pela Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande.

Analísado o pedido e tendo em conta que este evento visou promover e dinamizar o comércio local, delibera, ao abrigo da alínea b) do nº4 do artigo nº 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, atribuir um subsídio no valor de 200,00€ (duzentos euros) à ACIMG - Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, sita no Ed. Lumar, 2º andar – Apartado 322, 2431-904 Marinha Grande, com o contribuinte nº 500 902 380, para apoio às despesas com a realização do Desfile de Moda.

Mais se informa que a entidade mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, e perante a Fazenda Pública, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na secção de Contabilidade desta autarquia.

Esta despesa encontra-se prevista na rubrica 2008-A-216.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 – CESSAÇÃO DE FUNÇÕES DO COORDENADOR MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL – ARTUR MANUEL MARQUES DA SILVA GRANJA – ATRIBUIÇÃO DE LOUVOR

444 - Pelo Sr. Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:

É já do conhecimento público que o Sr. Artur Manuel Marques da Silva Granja, que vinha desempenhando desde 5 de Março de 1996, nesta Câmara Municipal as funções de Delegado Municipal da Protecção Civil e de Coordenador Municipal da Protecção Civil, bem como de responsável pelo Gabinete de Segurança e Protecção Civil/Serviço Municipal de Protecção Civil, cessou funções no passado dia 1 de Julho, passando a ocupar o cargo de Adjunto Distrital de Operações de Socorro do distrito de Leiria.

Enquanto Delegado Municipal da Protecção Civil/Coordenador Municipal da Protecção Civil, foi responsável por todas as acções executadas pelo Gabinete de Segurança e Protecção Civil/Serviço Municipal de Protecção Civil, incluindo a sua criação, no âmbito das respectivas competências desse gabinete/serviço, no município, das quais se destacam:

- A elaboração do Plano Municipal de Emergência da Marinha Grande.
- A coordenação de todas as acções realizadas pela Comissão Municipal Especializada de Fogos Florestais da Marinha Grande (CMEFF) e, desde 2004, as acções da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI) da Marinha Grande, incluindo todo o trabalho executado pelas equipas de vigilância móvel motorizada; neste âmbito; coordenou ainda a execução e a gestão de diversas acções, participadas com fundos nacionais e comunitários.
- A coordenação anual dos trabalhos de prevenção de cheias, nomeadamente as acções de limpeza de valas urbanas.
- A colaboração activa na execução de bases de dados, dos documentos ‘raster’ e vectoriais, inseridos no Sistema de Informação Geográfica do Município, directamente relacionados com a temática de Segurança e Protecção Civil.
- A realização de campanhas anuais de sensibilização de jovens, nas escolas, para as temáticas da segurança e da protecção civil, nomeadamente no que respeita à prevenção rodoviária, prevenção dos incêndios florestais, prevenção de cheias, sismos, acidentes escolares, acidentes de trabalho, primeiros socorros, entre outros, bem como campanhas pontuais de sensibilização de público adulto e da 3.ª idade, em colectividades, associações e outras instituições do Concelho, para as temáticas da segurança e da protecção civil, nomeadamente no que respeita à prevenção rodoviária, prevenção dos incêndios florestais, prevenção de cheias, sismos, acidentes domésticos, acidentes de trabalho, primeiros socorros, acidentes com idosos, entre outros.
- O acompanhamento da execução dos trabalhos de “Revisão/Actualização do Estudo das Causas dos Incêndios com Vista à sua Prevenção/Plano Municipal de Intervenção na Floresta da Marinha Grande”, em 2001/2003, tendo sido o primeiro plano a nível nacional, a ser entregue, na então Agência Para a Prevenção de Incêndios, na pessoa do Sr. Prof. Luciano Lourenço, que o classificou como exemplar.
- O acompanhamento da execução dos trabalhos de “2.ª Revisão/Actualização do Plano Municipal de Intervenção na Floresta da Marinha Grande/Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios”, em 2001/2003.

- A criação e execução do projecto de criação das Brigadas de Apoio Local da Marinha Grande, no âmbito da organização de voluntários de Protecção Civil.
- A coordenação da elaboração de todos os “Planos de Emergência” das escolas do concelho.
- A integração na parceria de desenvolvimento do Projecto SafeWork, em representação do Município da Marinha Grande – Protecção Civil. Este projecto, inserido na IC EQUAL, desenvolveu instrumentos e ferramentas de apoio à gestão da Segurança em PME's, nomeadamente os Planos de Emergência.
- A colaboração no desenvolvimento da Parceria transnacional, como membro das study visits a UK e Polónia onde contactou com boas práticas de segurança em empresas industriais. Ainda no âmbito deste projecto foi orador no evento de 28 de Abril – Dia Nacional da Segurança no Trabalho e ainda na Conferência Transnacional TENKO, realizada em Portugal.

Ao longo de todo o período de tempo em que aqui desempenhou as suas funções, primou pela manutenção de uma excelente relação de trabalho/confiança com o CODIS/Leiria, Comando Distrital da PSP, Comando Distrital da GNR e com todas as forças de Segurança e Socorro do Município, PSP, GNR de S. Pedro de Moel, GNR de Vieira de Leiria, Comando dos Bombeiros Voluntários de Marinha Grande e Vieira de Leiria, com os quais realizou múltiplas acções de socorro e várias acções de exercício, em escolas e/ou empresas.

Tendo sido inegável - e merecidamente reconhecido pelo novo cargo agora assumido - a sua competência técnica, o seu mérito, brio profissional, sentido de responsabilidade e abnegado espírito de entrega à causa pública, proponho a atribuição de um Louvor ao Sr. Artur Manuel Marques da Silva Granja, em sinal de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ao serviço do município da Marinha Grande.

A Câmara apreciou a proposta e deliberou por unanimidade e aclamação aprovar a atribuição de um louvor ao Sr. Artur Manuel Marques da Silva Granja.

5 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO EM S. PEDRO DE MOEL – JORNALINHO DA AVENIDA – GUIDA & GUARDADO, LDA.

445 - Presente requerimento apresentado por “Jornalinho da Avenida Guida & Guardado, Lda”, registado sob o nº 5677, de 26/06/2008, solicitando a colocação de um quiosque na Praça Afonso Lopes Vieira, em S. Pedro de Moel, destinado à venda de jornais, revistas, livros nacionais e estrangeiros e outros produtos similares, disponibilizando também, à semelhança do ano transacto, um espaço para a colocação de livros da Biblioteca Municipal, destinados a empréstimo aos leitores.

Presente parecer da Técnica da Biblioteca Municipal, datado de 30/06/2008, relativo ao interesse público do pedido, no que respeita ao empréstimo de livros da Biblioteca Municipal.

Presente também parecer técnico da DOPU, datado de 10/07/2008, relativo à localização do quiosque na Praça Afonso Lopes Vieira.

A Câmara Municipal, depois de apreciar o pedido bem como os pareceres técnicos, delibera o seguinte:

- indeferir o pedido de instalação do quiosque na Praça Afonso Lopes Vieira, em S. Pedro de Moel, por causar um impacto negativo na envolvente, dadas as dimensões e características da ocupação pretendida;
- deferir, com carácter excepcional, a instalação de um quiosque igual ao do ano transacto, no Largo dos Antigos Armazéns, em S. Pedro de Moel, destinado apenas aos fins constantes do pedido apresentado pela requerente;
- que o espaço destinado ao empréstimo de livros contenha apenas a designação de “Posto de empréstimo de livros” e não a designação de “Biblioteca Municipal”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

446 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta acta em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18,30 horas.

No final foi elaborada esta acta, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Chefe da Secção de Expediente Geral, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Presidente

A Chefe da Secção de Expediente Geral